

Reflexões em torno de investimentos na educação em Cabo Verde.

Reflections on investments in education in Cape Verde.

Reflexiones sobre inversiones en educación en Cabo Verde.

Carlos Rodrigues
Universidade do Mindelo, Cabo Verde
E-mail: carlosrodrigues071@gmail.com

Reflexões em torno de investimentos na educação em Cabo Verde.

Carlos Rodrigues
Universidade do Mindelo, Cabo Verde

Resumo

A educação foi, desde sempre, uma aposta forte para os responsáveis cabo-verdianos. As expectativas colocadas em torno da educação e do seu papel atravessam a história, destacam investimentos e objetivos de desenvolvimento. Permite ainda evidenciar escolhas e identificar atores intervenientes.

Palavras-chave: educação, investimento, desenvolvimento e Estado.

Abstract

Education has always been a strong bet for Cape Verdean officials. The expectations placed around education and its role run through history, highlight investments and development goals. They also allow highlighting choices and identifying intervening actors.

Keywords: education, investment, development and state.

Resumen

La educación siempre ha sido una apuesta fuerte para los funcionarios de Cabo Verde. Las expectativas puestas en torno a la educación y su papel a lo largo de la historia, destacan las inversiones y los objetivos de desarrollo. También permiten resaltar opciones e identificar actores intervinientes.

Palabras clave: prevención, drogas, vulnerabilidad, fenomenología .

Enquadramento

Um dos temas de maior importância abordados pela economia é sem dúvida a questão do crescimento económico. Na verdade, existe uma referência quase obrigatória quando se aborda outro conceito que é o do desenvolvimento. É difícil perspetivar desenvolvimento sem que seja registado, de algum modo, o crescimento.

O crescimento económico estuda a evolução do PIB per capita ao longo do tempo e acaba por ser um indicador do nível de vida da população. Na realidade o PIB per capita está relacionado com outros indicadores de bem-estar como a educação, a esperança de vida, a taxa de pobreza, etc.

A taxa de investimento tem sido apontada como um dos motores do crescimento económico, mas é preciso acrescentar ainda a tecnologia, o capital humano e a regulação eficiente dos mercados.

Nesta linha, a educação assume um papel determinante na dinâmica de crescimento económico e no desenvolvimento de qualquer país. O conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso existe um certo consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação.

Na perspetiva de Correia(1996) não se trata de meros exercícios académicos isolados. A esse pensamento político, económico e social, se juntam, de há décadas a esta parte credenciados organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), a UNESCO e outros, que vem sugerindo aos PVD a opção pela educação como o cânon que não pode ser negligenciado nos projetos de desenvolvimento. Desde a educação na forma de serviço de consumo – em forma de alfabetização – de que fala Lewis (1960), passando por uma educação em sintonia com planos de desenvolvimento económico. A convicção de que, no mínimo, a sua ausência – ou seja, população analfabeta, carência de formação técnica e profissional, deficientes cursos a um nível superior (humanidades e científicas) – poderá funcionar como empecilho ao desenvolvimento socioeconómico (Correia, J., 2006)

Em Cabo Verde a educação foi desde sempre, por razões de natureza diversa, uma aposta forte dos responsáveis. No contexto deste artigo ensaiamos algumas reflexões tendo por base interações estabelecidas entre educação, economia, desenvolvimento e Estado.

Percorremos as épocas históricas relevantes para o país, iniciando nos investimentos no período colonial, constatamos as opções depois da independência e observamos o período contemporâneo.

Herança colonial

Desde o período da sua descoberta em 1460 até aproximadamente o final do século XIX o investimento da metrópole na educação em Cabo Verde foi insignificante. Esta é uma matriz importante a ter em conta e que vai sustentar o essencial da análise ao longo deste período. Na verdade, não interessava de modo algum, do ponto de vista da potência colonizadora, a existência de uma população escolarizada ou letrada que pudesse reivindicar outra condição.

O Estado colonial em África não elegeu a educação como sendo uma das suas prioridades. Com efeito, a maior parte da população autóctone não teve qualquer contacto com o ensino e quando assim aconteceu cabia à escola a função de gerar uma reduzida minoria letrada capaz de assumir funções auxiliares no quadro do sistema colonial.

No caso de Cabo Verde Correia diz que se tratava de um ensino que se destinava muitas vezes a conferir aos residentes – que foram escravos durante várias décadas – uma bagagem linguística que apenas lhes permitia entenderem-se com os futuros donos (Correia, J., 2006).

Em termos de investimento a primeira escola primária surge em 1817, mas em boa verdade começou a funcionar em 1848. O primeiro estabelecimento secundário foi o Seminário em 1866 que passou a Seminário Liceu em 1892.

Um balanço é feito por Afonso que constata que em 1869 havia no arquipélago 56 escolas primárias, frequentadas por cerca de três milhares de alunos e no fim do século 73 escolas com mais de 4000 alunos (Afonso, 1996).

Depois da Segunda Guerra Mundial vamos assistir a massificação do ensino em Cabo Verde. Nos anos 60 do ponto de vista internacional existe uma intensa pressão para a atribuição da independência aos países que ainda se mantinham como colónias.

Nos primeiros anos da década de sessenta e com o eclodir da guerra colonial, Portugal vai reorientar toda a sua política colonial. No domínio do ensino tentou uma maior promoção e expansão nas colónias. Em Cabo Verde Silva garante que esta expansão assumiu formas quase explosivas. Em 1970, quando a população era de 270 000 pessoas, havia já quase 45 000 alunos, o que significava uma multiplicação por quatro ao longo de uma década. O número de alunos que frequentavam as escolas pós-primárias era em 1970 de 3500, o dobro de 1960 (Silva, 1991).

Na mesma lógica Afonso assegura que as reformas implementadas começam a fazer efeito. Numa década (62/63 a 72/73) a população escolar aumentou mais de 6 vezes passando a taxa de escolarização de 6% para 26,8%. Só entre 1962/63 a 1969/70, o número de alunos do ensino primário passou de 10839 para 40685, ou seja, quase quadruplicou. Mas o incremento foi sobretudo qualitativo e limitado praticamente ao ensino primário. (...) Nas vésperas da independência (1972/73) frequentavam o ensino primário 68322 alunos com uma taxa de aproveitamento de 57,8%. Dos 433 estabelecimentos existentes, 375 eram oficiais, 53 de missionários e 81 de particulares. A média de alunos por estabelecimento era de 141 alunos. Quanto ao corpo docente era constituído por 1151 profissionais, 927 pertenciam ao ensino oficial, 92 eram missionários e 132 lecionavam no ensino particular. Dadas as dificuldades económicas os professores acumulavam duas turmas, sempre que necessário, correspondendo a cada professor cerca de 60 alunos. Em 1973/74 os efetivos escolares continuavam a apresentar uma estrutura desequilibrada: 91% no ensino primário, 5,8 do ciclo preparatório, 2,7% no ensino liceal e apenas 0,5% no ensino técnico profissional. Entre 1973 e 1975 o ensino básico aumentou 38,7%, seguido de uma estabilização (Afonso, 1996).

De um modo global os Estados coloniais nos últimos anos da colonização em que já não era possível ou simplesmente pouco viável a manutenção da situação exclusivamente com aparelhos repressivos e supremacia tecnológica, sentem alguma necessidade de se legitimarem. Neste sentido optam por assumir algumas medidas desenvolvimentistas nas colónias.

O que se constata ao fim ao cabo é de que o número de pessoas com algum grau académico era excedentário face às próprias necessidades do Estado colonial para o caso de Cabo Verde. Este detinha, comparativamente às restantes colónias portuguesas em África, uma situação privilegiada do ponto de vista da educação. Não é de estranhar pois que tenha sido, ainda durante o período colonial, exportador de quadros médios e superiores para outras colónias como a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Estes quadros destinavam-se a ocupar posições na estrutura estatal colonial. Mas fora deste âmbito e também excluindo o universo de comparação descrito anteriormente que são as colónias africanas portuguesas na altura constata-se, no conjunto da população de Cabo Verde, de que o nível de formação global era fraco.

Silva ressalta que a maioria da população é analfabeta, havendo poucos operários especializados e escassos técnicos e quadros médios. As qualificações adquiridas fora do ensino formal são de uma importância bastante reduzida (Silva, 1991).

Educação no período pós-independência

Cabo Verde acedeu à independência em 1975 e a partir daqui os destinos do país começam a serem comandados por um Estado que vai traçar uma relação particular e decisiva com o setor da educação.

A este propósito Correia defende que depois da independência o projeto estratégico de desenvolvimento concedido pelas autoridades nacionais fundamentou-se nas forças internas e nas ajudas externas, com prioridade para as primeiras. A realização desse projeto de desenvolvimento nacional tinha na educação um elemento decisivo, cujas funções era formar uma mão-de-obra qualificada capaz de responder às necessidades de desenvolvimento económico, transformar as estruturas sociais e reforçar a identidade social e nacional segundo os princípios da igualdade, da liberdade, da emancipação” (Correia, 1996).

Enquadrando Cabo Verde no universo dos países africanos que tinham

acedido a independência constatamos que estes Estados vão instrumentalizar a educação como parte de uma engrenagem ideológica.

Nesta linha de orientação Heimer argumenta que os Estados pós-coloniais em África adotam o discurso da modernização essencialmente por quatro motivos: porque a filiação cultural das elites africanas ao mundo das antigas metrópoles as leva a (também) considerar este discurso como natural; porque o discurso surge como ideologia de legitimação para as estratégias de legitimação de reprodução (simples ou alargada) das classes burocráticas do Estado: porque os Estados precisam legitimar-se assim perante as populações, indo ao encontro de aspirações condicionadas, simultaneamente, por perspetivas ideológicas inspiradas do paradigma da modernização, e pelas fortes clivagens existentes nas formações sociais contemporâneas, face às quais a educação aparece como o principal mecanismo de acesso a posições privilegiadas, porque os Estados precisam de legitimar-se os agentes não africanos, de cuja ajuda dependem numa medida importante para a sua manutenção/reprodução (Heimer, 1990).

A exemplo de outros países africanos o Estado vai estar a comandar todo este processo relacionado com a educação. A escola, para além de local de aprendizagem torna-se também o motor para a mudança e o desenvolvimento político da população.

Tendo em conta o que estava projetado e idealizado nos Programas de Desenvolvimento Afonso sublinha que deve reduzir ou mesmo erradicar o analfabetismo que atingia cerca de 60% da população adulta em 1975, alargar a oferta de ensino de modo a satisfazer a procura crescente, melhorar o sistema educativo adaptando-a às novas necessidades, face às novas funções e responsabilidades que o Estado foi chamado a desempenhar nos domínios da organização política e económica, eram os grandes desafios que se colocavam em matéria de educação (Afonso, 1996).

Um dos papéis fundamentais atribuídos à escola após as independências africanas foi a da formação da identidade nacional, o projeto de criar o "homem novo", rompendo com o "tradicional", o "tribalismo das sociedades primitivas africanas".

Segundo Debauvais a década de sessenta se caracteriza para o terceiro mundo pelo objetivo de escolarização universal proclamada pelos países ex-colónias mas também na América Latina. Acrescenta ainda que é a pressão das aspirações populares para a escolarização universal que conduzia no terceiro mundo aos primeiros planos de educação (Debauvais, 1995).

Todo este ideal está na verdade ligado as teorias de modernização fortemente difundido no continente após a segunda Grande Guerra Mundial. Nesta conjuntura as finalidades da educação e os seus

princípios fundamentais derivam e apostam diretamente no Estado como principal agente dinamizador. A escola devia contribuir para a produtividade e o desenvolvimento bem como para a formação e consolidação da identidade nacional. As expectativas e o entusiasmo à volta da escola eram, portanto, elevados.

Deblé diz que neste período domina o entusiasmo pela procura da paz no mundo, de uma ordem mais justa para todos, do respeito dos direitos e liberdades fundamentais de cada pessoa humana, objetivos ligados à vocação da Organização das Nações Unidas pela Educação Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em Londres desde 1945 (Deblé, 1994).

Já Heimer assegura que a educação na África pós-colonial contribuiu para, internamente, reproduzir estruturas sociais de desigualdade e de dominação, e para, externamente, consolidar formas desfavoráveis de inserção no sistema-mundo — ambas condições adversas ao desenvolvimento almejado (Heimer, 1990).

Em termos de investimento nesta época é preciso salientar que de 1976 a 1981 criaram-se mais 119 salas. O Ensino Básico Elementar surge como uma das grandes apostas e contava com 15 estabelecimentos e 108 salas com uma reduzida cobertura do território. Em 1981 havia 443 salas do Estado e 284 alugadas ou cedidas, estando boas ou aceitáveis 459 e más e muito más 200.

A educação continua, apesar da alteração dos discursos, a servir de instrumento de reprodução de classes, em especial das ligadas ao aparelho de Estado, à semelhança do que aconteceu no período colonial.

O Primeiro Plano de Desenvolvimento, referente ao período 1982/85, consagra a educação vista na perspetiva das necessidades fundamentais e visava atingir os objetivos da generalização do ensino de base e a eliminação do analfabetismo. Apontava-se igualmente para o desenvolvimento da capacidade de formação interna e a reorientação da política de formação no exterior de quadros médios e superiores. Com efeito constatava-se uma desproporção entre os quadros superiores e médios, com tendência a aumentar, com vantagem clara para os primeiros, se bem que o país apresentava carências em ambos os níveis.

Observemos a análise dos investimentos públicos programados na ótica do Primeiro Plano no Quadro 1.

Pela leitura do quadro 1 constatamos que o sector que apresenta maior variação crescente do investimento, no período 1982-1985, após a Indústria (7.6), é o da Educação com o valor 4.7, o que reflete a aposta clara do Estado no ensino.

O Segundo Plano Nacional de desenvolvimento, que compreende os anos 1986/90, aponta nos objetivos gerais para uma intervenção mais

Quadro 1 - Variação dos investimentos públicos de 1978/81 a 1982/85
(Em milhares de contos constantes de 1982)

	Invest. médio anual		Invest. médio anual		Variação 1982-1985 em relação a 1978-1981
	1978 / 1981	%	1982 / 1985	%	
	valor		valor		
Desenvolvimento Rural	556	28	1116	20	2
Pesca	103	5	188	3	1.8
Indústria	141	7	1078	20	7.6
Energia e Dessalinização	115	6	324	6	2.8
Construção Civil e Obras Públicas	79	4	143	2	1.8
Transporte e Comunicações	479	24	1148	21	2.4
Comércio	38	2	137	2	3.6
Turismo	45	2	113	2	2.5
Educação, Cultura e Formação	75	4	369	7	4.9
Saúde e Assuntos Sociais	58	3	147	3	2.5
Habituação, Urbanismo e saneamento	132	7	373	7	2.8
Administração	170	8	391	7	2.3
TOTAL	1991	100	5527	100	2.8

orientada da oferta e da procura, de forma a alcançar um equilíbrio da resposta da educação ao conjunto de solicitações que resultam das suas funções cultural, social e económica. Perspetiva uma reforma do sistema educativo.

No contexto deste plano Correia assegura que a educação surgiu como uma área prioritária, intimamente ligada ao desenvolvimento socioeconómico: uma educação para o desenvolvimento, baseada numa Reforma do Sistema Educativo que privilegiasse o objetivo geral. Acrescenta que a Reforma do Sistema Educativo revelou-se, no entanto, elitista e, conseqüentemente, injusta ao assumir um carácter totalmente seletivo do prosseguimento na carreira escolar (baseado nos resultados dos exames), à partir do ciclo primário (Correia, 1996).

Os anos 80 são dominados também pelas opções do Estado que estão definidos no II Plano de Desenvolvimento.

Vejamos alguns dados referentes a este período no Quadro II.

Segundo a análise de Correia os dados apresentados no Quadro II demonstram que entre 1979/80 e 1987/88 houve um aumento de quase 13 por cento do total dos efetivos (EB e ES), tendo sido registado uma estabilização em termos globais entre o período de 1980 e 1985. Por categorias de ensino, verifica-se uma diminuição de quase 2% nos efetivos do EBE e de 24% nos do EST, e um aumento de 152% no ESL e de 89% no EBC (GEP – M. Educação) (Correia, 2004).

Continuando a análise vejamos agora alguns dados dos anos 90 até 2011.

Fonte: Borges, M., e Morais, L., (orgs), 2012, Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento

Tabela 10 - Evolução dos efectivos

	90/91	97/98	00/01	10/11
Educação Pré-Escolar	12484	18227	19801	22610
Ensino Básico (6 anos)	69823	91777	90640	69115
Ensino Secundário (5-6 anos)	9586	31602	43384	62222
Ensino Médio Superior (Tot.)	?	1041 (*)	1801 (*)	12318 (*)
Form Prof EB	138	496	582	549
Form Prof ES	100	313	507	?
Outros Cursos		232	712	?
Taxa de analfabetismo	38,0%	30,0%	25,0%	17,5%

Sustentável, Relatório à Conferência Rio+20.

Na perspetiva de Borges neste quadro é notório a diminuição da taxa de analfabetismo de 38% no início dos anos 90 para 17,5% em 2011 o que é de assinalar. É preciso salientar que de um modo global a década de 90 foi marcado por múltiplas e vastas transformações do sistema educativo, como resposta, à procura de educação por parte da população (número de crianças e jovens no grupo etário 7-18 anos

passou de cerca de 103.700 em 1991 para 119.300 em 1995), à melhoria da qualidade do ensino e a sua adaptação às necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde. (...) A nível institucional foram conseguidos avanços significativos no ensino básico (e secundário) com o alargamento da reforma do sistema de ensino no ano letivo 1995/96 e introdução do ensino obrigatório de seis anos e expansão da escolaridade básica para 8 anos tal como estipulada na nova Lei de Bases do Sistema Educativo. (...) Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja, os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino. (...) No ensino médio e superior, nota-se uma manutenção da frequência ao ensino médio e um aumento significativo no ensino superior, no qual duplicaram-se as matrículas entre 2004 e 2008. O Ensino Superior nacional obteve inegáveis ganhos durante a década de 2000/01 a 2010/11 (Borges & Morais, (orgs), 2012).

Mais próximo da atualidade, segundo dados do INE 2015 (2010 a 2014) a taxa de analfabetismo situa-se nos 8,3%. A população a frequentar o ensino básico aumentou 3,3%, o ensino secundário 7,6% e o superior 3,7%. No tocante aos estabelecimentos de ensino em 2014 o país apresentou em 526 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 420 unidades de ensino básico, 50 de ensino secundário. Constatou-se um aumento de 26 unidades de ensino pré-escolar, uma diminuição de 7 unidades de ensino básico e aumento de estabelecimentos de ensino secundário. No tocante aos professores regista-se um aumento na contratação de 158 professores para o pré-escolar, redução de 44 professores no ensino básico e aumento na contratação de professores para o secundário.

Em 2012 Borges argumentava que o orçamento do Estado destinado à Educação oscilou durante algum tempo entre os 20 e os 23% devido à necessidade de ter infraestruturas escolares adequadas em número e qualidade. Nos últimos dez anos, a Educação tem absorvido, em média, 7% da riqueza gerada no país, ainda que se verifique uma tendência para baixar nos últimos anos. (...) Deve-se realçar que a população escolar tem sido em média de 33,8% em relação à população total ao longo das 3 últimas décadas (Borges & Morais, (orgs), 2012).

Reflexões

A educação assume um papel determinante na dinâmica de crescimento económico e no desenvolvimento de qualquer país ao contribuir para o progresso científico e para o avanço geral dos conhecimentos. Na verdade, a atividade educativa e formativa revela-se como um dos motores essenciais neste processo.

Em Cabo Verde a potência colonial apenas tardiamente, em finais do século XIX, assumiu algum tipo de investimento. Uma parte das pessoas formadas destinava-se a preencher lugares na máquina administrativa colonial. O arquipélago detinha um relativo nível de qualificação e conseguiu "exportar" mão-de-obra qualificada para outras colónias. Aqui não era exigido à educação a vertente da

Quadro II – Evolução dos efectivos escolares 1980-1988

ANOS	EBE	EBC	ESL	EST	EB	ES	TOTAL
1980	52 208	5 900	2 261	699	5 8108	2960	61 068
1981	50 824	6 760	2 742	504	57 584	3246	60 830
1982	48 682	7 650	3 075	733	56 332	3808	60 140
1983	46 947	8 001	3 492	526	54 948	4018	58 966
1984	46 688	8 507	3 880	711	55 195	4591	59 786
1985	47 744	8 942	4 128	790	56 864	4918	61 604
1986	48 562	9 502	4 979	461	58 064	5440	63 504
1987	49 703	10 504	5 026	762	60 207	5788	65 995
1988	51 412	11 177	5 700	532	62 589	6232	68 821
Varição em % 1988/80	-1,5	89,4	152,1	-23,9	7,7	110,5	12,7

Fonte: GEP – M. Educação

formação de um Estado-Nação pós-colonial como aconteceu em vários países africanos pois a nação era uma realidade antes da existência do Estado.

Após a independência a educação reforçou a sua importância, num país com múltiplas carências, assumindo-se aos olhos de todos como um investimento útil para alcançar uma melhor posição na sociedade, na maior parte das vezes no aparelho do Estado.

Depois da Segunda Guerra Mundial e nos anos 60, fruto de múltiplas pressões internacionais, registou-se um acentuado investimento na educação.

A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia de Cabo Verde. Os sucessivos governos desde a independência não pouparam esforços para que o país possa, atualmente, ostentar uma notável reputação de caso de sucesso na África subsaariana em relação aos indicadores da educação.

Desafiado pelas Nações Unidas, o país cumpriu todos os "Objetivos do Milénio" para a área da educação e atualmente os indicadores da educação permitem evidentemente constatar todos os esforços implementados.

O setor da educação acaba por refletir opções ideológicas e escolhas do Estado. Um bom exemplo são os Planos de Desenvolvimento então traçados.

Atualmente o país apresenta indicadores interessantes do ponto de vista da educação. As organizações internacionais reconhecem os resultados apresentados ao longo dos tempos. A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia de Cabo Verde. Os sucessivos governos desde a independência apostaram sempre neste setor. O país é apresentado como um caso de sucesso tendo cumprido os Objetivos do Milénio para a área da educação.

É fundamental ter presente que as políticas educativas são construídas, nunca são neutras. Fazem parte de processos onde os conteúdos de matérias, embora nem sempre explicitadas contêm na sua essência fortes intenções e vontades dos agentes que intervêm com propostas, refletindo os mais variados interesses que podem até ser contraditórios e nem sempre conscientes.

A análise dos investimentos destinados ao setor da educação ao longo da história de Cabo Verde permitiu traçar uma análise que permite perceber práticas que são o reflexo de escolhas. Estas escolhas, na maior parte dos casos foram traçados e comandados pelo Estado. É preciso ressaltar o elevado investimento que foi feito na educação, a forte procura de formações académicas de nível superior realizadas no estrangeiro e o carácter seletivo do Sistema Educativo.

Bibliografia

- Afonso, M. (1996). *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Tese de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Borges, M. e MORAIS L. (orgs), (2012). *Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável*, Relatório à Conferência Rio+20.
- Instituto Nacional de Estatística(2015). *Anuário Estatístico*. Cabo Verde
- Correia, J. (2006). *De como a educação contribuiu para o Processo de Desenvolvimento Sócio-Económico de Cabo Verde*, Tese de Mestrado apresentada na Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Políticas E Jurídicas.
- Correia, V. (1996). *Cabo Verde: Educação e Desenvolvimento*. Tese de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Debauvais, M. (1995). *La Constructions des Politiques d'Éducatons et de Formations* in CHARLOT, B., et BEILLEROT J., (orgs.), Paris, PUF.
- Deblé, I. (1994). Différenciations ou Uniformizations? *Afrique Contemporaine*, nº special, Octobre/Decembre 94, Crises de L'Éducatons en Afrique.
- Heimer, F. W. (1990). Educação e Desenvolvimento em África: o papel problemático das teorias. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (12).
- Ministério do Plano e da Cooperação. (1986-1990). *II Plano nacional de Desenvolvimento*. Relatórios Sectoriais (Volume II) , Praia.
- Secretaria do Estado da Cooperação e Planeamento(1982-1985). *Primeiro plano Nacional de Desenvolvimento*. Relatório Geral , 1983, Praia, Grafedito.
- Silva, E. (1991), Educação e Inserção no Sistema-Mundo: o Caso de Cabo Verde. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N.º 14-15, Janeiro-Dezembro, 1991.